

continuação					
5. Contas a Receber: Descrição			2.016	2.015	
Secretaria do Estado de Saúde					
Pública do Pará - Faturado			5.189.332	430.382	
Secretaria do Estado de Saúde					
Pública do Pará - A faturar			15.984.445	10.973.457	
			21.173.777	11.403.839	
Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará - Faturado:					
Correspondem aos valores a receber junto a Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará, pela emissão de notas fiscais através de valores acordados via ofícios, respaldado pela celebração do contrato de gestão hospitalar. Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de apresentação dessas demonstrações financeiras foi recebido o montante 5.189.332. Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará - A faturar: Correspondem aos valores a receber junto a Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará, para os quais ainda não foram emitidas as notas fiscais. Basicamente, essa rubrica corresponde a diferença entre o valor celebrado no contrato de gestão e os faturamentos realizados. A contrapartida dos registros está apresentada no passivo na conta receita diferida.					
6. Estoques: Descrição			2.016	2.015	
Medicamentos			1.430.114	438.406	
8. Imobilizado, Intangível e Subvenções a Realizar					
a) Composição: Itens					
Imobilizado					
Equipamentos telefônicos			29.005	(5.703)	23.301
Equipamentos de informática			1.092.497	(147.755)	944.742
Equipamentos de infraestrutura			312.303	(221.101)	91.202
Maquinas e equipamentos			2.903.093	(22.933)	2.880.160
Móveis e utensílios de escritório			860.304	(63.849)	796.455
Móveis e utensílios hospitalares			509.196	(24.491)	484.705
Adiantamento a fornecedores			1.124.844	-	1.124.844
			6.831.242	(485.832)	6.345.409
Intangível					
Direito de uso de software			615.263	(52.198)	563.065
			615.263	(52.198)	563.065
Subvenções a realizar					
Subvenções governamentais *			(6.908.474)	-	(6.908.474)
			(6.908.474)	-	(6.908.474)
* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, softwares de gestão e ampliação de instalações cirúrgicas, sendo apropriada ao resultado com base no valor da depreciação correspondente aos bens.					
b) Movimentação: Itens					
Equipamentos telefônicos			20.281	8.724	-
Equipamentos de informática			241.686	850.811	-
Equipamentos de infraestrutura			64.278	248.025	-
Maquinas e equipamentos			700.321	2.202.772	-
Móveis e utensílios de escritório			151.501	708.803	-
Móveis e utensílios hospitalares			305.166	204.030	-
Adiantamento a fornecedores			393.750	731.094	-
(-) Depreciação			(26.152)	(459.680)	-
Total imobilizado			1.850.831	4.954.259	(459.681)
Direito de uso de software			53.110	562.153	-
(-) Amortização			(1.853)	-	(50.346)
Total intangível			51.257	562.153	(50.346)
Total Imobilizado e intangível				5.516.412	(510.026)
Subvenções governamentais			(1.902.088)	(5.516.412)	510.026
Total intangível			(1.902.088)	(5.516.412)	510.026
c) Taxas de depreciação e amortização: As taxas de depreciação e amortização praticadas são:					
Descrição			Taxa ao ano		
Equipamentos telefônicos			20,0%		
Equipamentos de informática			20,0%		
Equipamentos de infraestrutura			10,0%		
Maquinas e equipamentos			10,0%		
Móveis e utensílios de escritório			10,0%		
Móveis e utensílios hospitalares			10,0%		
Direitos de uso de software			20,0%		
9. Fornecedores: Descrição			2.016	2.015	
Materiais e medicamentos			1.613.366	762.659	
Serviços de terceiros pessoa jurídica			498.893	127.272	
Imobilizado			20.238	46.208	
			2.132.497	936.139	
10. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:					
Descrição			2.016	2.015	
Honorários médicos pessoa jurídica			420.195	229.701	
			420.195	229.701	
11. Obrigações Sociais e Trabalhistas					
Descrição			2.016	2.015	
Salários e ordenados			801.506	415.600	
Provisão dissídio coletivo (a)			361.493	-	
FGTS			105.976	42.609	
INSS			83.123	41.845	
Provisão de férias e encargos			1.124.801	266.866	
Outras			55.402	41.974	
			2.532.301	808.894	
(a) Provisão para dissídio coletivo: Em Setembro de 2016 o SINTHOSP, sindicato dos profissionais de enfermagem, técnicos, etc. do Estado do Pará, deveria divulgar o índice de reajuste salarial. Entretanto, até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras as partes envolvidas ainda não tinham chegado num acordo Para fazer face e essa despesa, a provisão para dissídio coletivo foi constituída pela administração, considerando o percentual de reajuste de 9,5%, a partir de setembro de 2016. 12. Receita Diferida: Corresponde aos valores pactuados com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para utilização no custeio mensal e investimento em máquinas e equipamentos da unidade.					
Descrição			2.016	2.015	
Subvenção para investimento			1.021.405	3.339.205	
Subvenção para custeio			23.034.289	15.000.000	
			24.055.695	18.339.205	
7. Partes Relacionadas					
Descrição			2.016	2.015	
Empréstimos entre unidades (a)			628.282	310	
Pró-Saúde - Sede Administrativa (b)			(129.943)	(130.045)	
			493.339	129.735	
(a) - Empréstimos: Corresponde a empréstimos concedidos a outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. (b) - Custos corporativos compartilhados: Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado.					
Materiais hospitalares de consumo e reposição			505.393	184.653	
Materiais de Higiene e limpeza			60.704	76.488	
Materiais de Expediente e Impressos			46.226	27.483	
Materiais Hospitalares de Reposição			46.433	42.404	
Órtese e Próteses			244.975	-	
Outros			103.738	53.693	
			2.437.583	823.127	
A receber/(a pagar)			2.016	2.015	
Materiais hospitalares de consumo e reposição			505.393	184.653	
Materiais de Higiene e limpeza			60.704	76.488	
Materiais de Expediente e Impressos			46.226	27.483	
Materiais Hospitalares de Reposição			46.433	42.404	
Órtese e Próteses			244.975	-	
Outros			103.738	53.693	
			2.437.583	823.127	
19. Drogas Materiais e Medicamentos					
Descrição			2.016	2.015	
Medicamentos			(3.971.698)	(32.690)	
Materiais de uso do paciente			(1.619.701)	(67.539)	
Gêneros alimentícios			(280.350)	(2.987)	
Órtese e prótese			(263.714)	-	
Dieta enteral e parenteral			(142.295)	-	
Gases hospitalares			(99.434)	-	
Tecidos, confecções, uniformes e enxovais			(394.348)	(139.400)	
Materiais de limpeza e lavanderia			(637.945)	(74.101)	
Impressos e materiais de Expediente			(267.118)	(18.554)	
Ajuste de inventário físico			(436.670)	53.026	
Materiais de conservação e reparos			(282.957)	-	
Materiais descartáveis			(124.736)	-	
Outros			(284.952)	(25.129)	
			(8.805.918)	(307.155)	
20. Despesas Gerais e Administrativas					
Descrição			2.016	2.015	
Energia elétrica e telefone			(1.124.657)	(164.884)	
Depreciação e amortização			(510.026)	(28.005)	
Manutenções			(199.324)	(57.749)	
Prêmios de seguros			(67.782)	-	
Condução e táxis			(71.099)	(55.593)	
Viagens e ajuda de custo			(329.473)	(18.528)	
Provisão por irrecoverabilidade de ativos			(393.750)	-	
Outras			(149.021)	(90.017)	
			(2.845.132)	(1.725.901)	
21. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:					
Descrição			2.016	2.015	
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa			5.468.448	8.795.912	
Receíveis					
Contas a receber			21.173.177	11.403.839	
Partes relacionadas			493.339		
Total			27.134.964	20.199.751	
Passivos					
Pelo custo amortizado					
Fornecedores			2.132.497	936.139	
Honorários médicos			420.195	229.701	
Partes relacionadas			-	129.735	
Total			2.552.692	1.295.575	
Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista e depende da realização financeira do Contrato de Gestão. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. 22. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: Em 25 de setembro de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que ainda não foi julgado até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.016 por determinação do art. 3º, § 3º, do Decreto n. 2.536/98, revogado pelo Decreto 7.237/10, que previu: "Art. 8º. O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova da certificação até o julgamento do processo pelo Ministério competente." A Pró-Saúde atende os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação a impostos. (b) Apresentação da cota patronal: A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 15 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. (c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais: A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. 23. Contribuições Sociais Usufruídas: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA, é uma filial da Pró-Saúde, entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: PIS (Programa de Integração Social): A entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:					
Descrição			2.016	2.015	
Contribuição para o financiamento da seguridade social			1.324.058	122.362	
Contribuição social sobre o superávit			-	45.317	
Contribuição patronal ao INSS			2.977.587	341.072	
			4.301.645	508.751	
24. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Unico de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.					
Dom Eurico dos Santos Veloso			Jocelmo Pablo Mews		
Presidente			Diretor Geral da Pró-Saúde		
Michael R. Cansanção da Silva - Contador local - CRC: PA 010610/O-2			Alba Lúcia de M. Sá Muniz		
			Diretora Geral do Hospital		
			Renato Souza de Almeida - Contador geral - CRC: 1SP 218068/O-6 "S" - PA		
			Tatiane Aparecida dos Santos		
			Diretora Financeira do Hospital		
			continua		